

ESTUDOS FEMINISTAS: ENTRE PERSPECTIVAS MODERNAS E PÓS- MODERNAS

Mary Alves Mendes*

Introdução

O Feminismo, considerado uma importante corrente político-cultural crítica não só da filosofia, mas das ciências sociais de uma forma geral, vem procurando ao longo da sua trajetória contribuir com perspectivas ou abordagens que geralmente se contrapõem aos pilares filosóficos e sociológicos mais tradicionais¹. Embora o termo suscite revolução, dada a sua relação com o histórico "Movimento Feminista" e com a introdução da categoria "mulheres" como objeto de estudos no meio acadêmico, nem sempre se pode falar de posições revolucionárias se levarmos em consideração que os estudos feministas também aderiram a teorias e metodologias tradicionais. A fase inicial dessa trajetória conhecida como *estudo de mulheres*

adotava basicamente as premissas iluministas da universalidade e essencialismo. Tal adoção era justificada pela luta primeira e reivindicação daquele momento que estava relacionada não só à condição de visibilidade e igualdade da mulher na sociedade, como a introdução da categoria analítica "mulher" fazendo parte dos estudos acadêmicos. Em tempos mais recentes, década de 1980, esses estudos passaram a ter um caráter mais amplo, relacional, denominado de *estudos de gênero*. O que não significa dizer que os vieses essencialistas e universalistas não estivessem presentes nessa época e que não estejam atualmente.

Em geral, o percurso dos estudos feministas está associado, em parte, à própria história paradigmática das ciências sociais². Pode-se observar na literatura

*Doutoranda de sociologia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Integrante do Núcleo de Estudos da Família, Gênero e Sexualidade-FAGES, do Programa

de Pós-Graduação de Antropologia da UFPE.
mryam@uol.com.br

feminista uma diversidade de abordagens que perpassam as vertentes teóricas de cunho liberal, marxista, socialista, psicanalista, estruturalista e pós-estruturalista. Essas abordagens estão condensadas na trajetória dos estudos feministas através do que se denominou de *feminismo da igualdade*, *feminismo da diferença* e *estudos relacionais de gênero*.

Diante dessa heterogeneidade teórico-metodológica, pretende-se discutir o perfil desses estudos, que estão inseridos tanto em abordagens consideradas moderna quanto pós-moderna. O aspecto a ser enfatizado é que essas perspectivas teórico-metodológicas não se apresentam de forma homogênea e plena em suas escolhas epistemológicas. É o que Nany Fraser e Linda Nicholson (1990) vão denominar de "quase metanarrativas", ao afirmar a existência contínua de categorias essencialistas e universalistas no percurso dos estudos feministas; o que Sandra Harding (1990), em outros termos, vai chamar de "ambivalência", ao mostrar o *empirismo feminista* e a *teoria do posicionamento feminista* como estratégias epistemológicas feministas de tendências consideradas modernas ou iluministas, mas que em determinados aspectos absorvem, mesmo de forma tímida, categorias pós-modernas; e David Lyon (1998) vai enfatizar como hesitação de um pós-modernismo pleno.

A exposição segue a discussão teórico-metodológica existente entre as diferentes abordagens, indo além dos discursos feministas, em si, para dialogar com a teoria sociológica de forma mais ampla. Dentre as posições feministas inseridas em tradições filosóficas consideradas modernas destaca-se as teóricas habermasianas como Seyla Benhabib, que utilizando o pensamento de Habermas e moldando-o à teoria feminista faz críticas e se contrapõe à concepção pós-moderna de Jean-François Lyotard que rejeita as metanarrativas e qualquer tipo de

fundacionalismo e essencialismo³. Contrapondo-se também às epistemologias pós-modernas pela via do *realismo crítico* está Caroline New, discutindo a *teoria do posicionamento feminista* à luz das críticas dos realistas e dos pós-estruturalistas e rejeitando a concepção de privilégio epistêmico feminino nessa teoria.

Nas perspectivas feministas pós-modernas, numa posição considerada mais radical, o feminismo dispõe de teóricas como Julia Kristeva, Hélène Cixious, Jane Flax, Judith Butler, Luce Irigaray e Joan Scott, que rejeitam todas as totalidades, afirmam a instabilidade da identidade e propõem uma desconstrução nos termos da diferença sexual. Numa posição mais moderada aparece Michelle Rosaldo, que rejeita o essencialismo e universalismo nos estudos de gênero reivindicando o seu entendimento a partir da divisão institucional das esferas doméstica e pública; e ainda Kate Fullbrook, que utiliza o pragmatismo de Richard Rorty e propõe que toda a vida social e identidade individual estejam inclusas em narrativas partilhadas e herdadas. Rorty, em seu próprio diálogo com o feminismo, indica antes a importância da utilidade, do que a validade na construção do objeto.

Dos estudos de mulheres aos estudos de gênero

Considerados inovadores, no sentido de introduzir a categoria *mulheres* enquanto objeto de análise, os estudos feministas estão inseridos em dois patamares epistemológicos; inicialmente, um que se referia aos estudos de *mulheres*⁴ e que figurava intensamente nas metanarrativas histórica e filosófica iluminista da natureza humana universal, ao considerar as *mulheres* enquanto classe homogênea, e outro, mais recente, de caráter relacional que são os chamados estudos de *gênero*, provocando "uma mudança não apenas de

Estudos Feministas:
entre perspectivas
modernas e
pós-modernas

Mary Alves Mendes

objeto de estudo ou de forma de percepção deste, mas de campo epistemológico” (Rago, 1996 p.31).

De forma geral, os estudos feministas tinham o propósito de tornar as mulheres visíveis, denunciar as desigualdades e explicar as causas da condição de inferioridade e discriminação das mulheres na sociedade. Com esse propósito, diversas abordagens teóricas explicativas foram construídas e inseridas em diferentes tipologias que se apresentam distintas algumas vezes e superpostas em outras, dependendo da visão ou ênfase que lhe atribui determinado(a) teórico(a). Allan G. Johnson (1997), e Sylvia Walby (1996), por exemplo, as classificaram em *feminismo radical*, *liberal*, *marxista* ou *socialista*. Michèle Barret (1996), optou por sintetizá-las em duas ondas, uma referente ao *feminismo liberal* e outra referente ao *feminismo radical*. Joan Scott (1989) as classificou nas teorias do *patriarcado*, *marxista*, e *psicanalítica* (esta última dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto). Lengermann & Niebrugge-Brantley (1993), utilizaram como classificação a *diferença dos gêneros*, *desigualdade entre os gêneros*, e a *opressão de gênero*.

Por trás dessa diversidade de abordagens e tipologias está a própria trajetória dos estudos feministas que pode também ser evidenciada em três fases (Fonseca, 1996): uma em que as pesquisadoras acadêmicas feministas influenciadas pelo movimento feminista, que denunciava e protestava contra as discriminações e violências às mulheres, tornava público em seus trabalhos os instrumentos de dominação reclamados pelo movimento feminista. Depois desse momento de denuncia, veio a necessidade de colocar a mulher como centralidade dos estudos, tomá-la visível, mostrar a sua presença nos mais diversos espaços e igualar o seu *status* ao do homem, era a primeira fase denominada de “*feminismo da igualdade*”;

a fase seguinte, era a de conhecer mais a realidade social em que estava inserida a mulher, “questionar a depreciação da esfera feminina” (p.8) e conseqüentemente analisar o processo hierárquico e sócio-histórico da desigualdade entre os sexos, era o chamado “*feminismo da diferença*”; e por fim, a fase em que esses estudos questionavam o sentido universal e generalizado de mulher, negando as concepções que tomavam este termo como um fato único e que poderia ser explicado em todos os lugares, sob os mesmos ângulos. Passaram, então, a adotar o caráter relacional e a concepção de construção social, não fazendo mais sentido as generalizações e nem a busca das origens da condição feminina, pois recorrer a esse tipo de análise seria orientar-se por princípios universais e essencialistas⁵. Aliado a essa tendência relacional aparece, então, o termo “*gênero*” substituindo o termo “mulheres”, como uma forma também de integrar e legitimar os estudos na academia e ampliar o seu campo de investigação, referindo-se agora não mais somente às mulheres, mas à “organização social da relação entre os sexos”, conforme afirma Scott (1989).

Uma das representantes dessa fase do feminismo foi Michelle Rosaldo (1994), teórica da análise relacional e social na pesquisa feminista, e pioneira no uso do termo *gênero*. Essa autora criticava os pesquisadores que buscavam por origens, verdades universais e dicotomias⁶ o que, segundo ela, acabava reforçando a visão de que diferenças deveriam ser explicadas pela fisiologia sexual. Sugeriu, então, que se considerasse o papel das mulheres e dos homens como produto das ações humanas, localizadas em sociedades históricas, rejeitando as convencionais suposições sexistas de que a dominação masculina e a sujeição feminina são universais. A questão, para ela, não era contrapor um sexo ao outro, mas averiguar as desigualdades de gênero a partir das

esferas de atividade doméstica e pública. O argumento central utilizado pela autora é de que em toda sociedade, a assimetria sexual corresponderia a uma divisão institucional entre as esferas de atividade doméstica e pública, uma construída em torno da reprodução, dos laços afetivos e familiares, conferida geralmente às mulheres, e outra relacionada à coletividade, ordem jurídica e cooperação social, conferida aos homens. Nessa relação doméstico-público as atividades públicas são mais valorizadas do que as domésticas.

A indicação de Rosaldo (1994) é que gênero fosse entendido em termos político e social, considerando-se as formas específicas de relações sociais e desigualdades sociais, o que significa que ele não deveria ser concebido como um fato unitário, determinado em todos os lugares pelos mesmos tipos de preocupações, mas como um produto complexo de várias forças sociais. Ao invés de simplesmente constatar e contrastar diferenças dadas entre homens e mulheres era preciso antes perguntar como essas diferenças são criadas por relações de gênero. Dessa forma, se deveria evitar a tradição conceitual que via "essência" nas características naturais que distinguem as mulheres dos homens, e a que declara que a condição atual das mulheres deriva do que, "em essência", as mulheres são.

Seguindo na linha relacional, está também a historiadora norte-americana Joan Scott (1989), que rejeitando o uso permanente da oposição binária e antagônica nos estudos de gênero, propõe uma desconstrução dos termos da diferença sexual pela via teórica do pós-estruturalismo francês de Jaques Derrida e Michael Foucault, que vão eleger o discurso como instrumento ordenador do mundo. A autora entende gênero enquanto constituinte das relações sociais, e enquanto forma de entender as relações de poder. Poder, entendido não em sua concepção institucional de Classe ou

Estado, mas em sua concepção micro, tal qual a utilizada por Foucault.

Feminismo e Pós-modernismo

A crítica social pós-moderna se constitui como abandono dos pilares tradicionais da filosofia e conseqüentemente como rejeição a qualquer base teórica fundacionalista e universalista. Lyotard (2000), é o teórico responsável pela introdução do termo pós-moderno na discussão filosófica⁷, concebendo-o como descrença nas metanarrativas, enquanto legitimadoras da ciência, e declínio do poder de regulação dos paradigmas perante a variedade de especialidades da ciência e dos seus jogos de linguagem, onde cada discurso gera o seu próprio tipo de autoridade, tornando o conhecimento sensível às diferenças e adepto da diversidade cultural sem recorrer a princípios universais⁸.

Como se sabe, os pós-modernistas têm criticado as epistemologias fundacionistas modernas, expondo o caráter contingente, parcial e historicamente situado daquilo que tem sido visto como verdades objetivas, necessárias, universais e não-históricas. Desdobramentos dessa política pós-moderna podem ser vistos também através da teoria feminista, que projeta o feminino como o lado negativo da polaridade. Connor (1996,1994) mostra tais desdobramentos recordando algumas teóricas feministas como Julia Kristeva, que se preocupa com o "lugar" a partir do qual as mulheres podem falar ou se auto-representar articulando, assim, o potencial de um discurso que é considerado marginal; Craig Owens, quando afirma que o feminismo é um fenômeno pós-moderno por excelência, em virtude da sua afirmação da diferença, sua recusa das metanarrativas e críticas às estruturas de poder representativas; e ainda Jane Flax, quando diz que as teóricas feministas fazem parte do discurso pós-moderno ao

Estudos Feministas:
entre perspectivas
modernas e
pós-modernas

Mary Alves Mendes

desconstruir noções de razão, de conhecimento, ou do eu, e pelo discurso do outro marginalizado. Para essa autora, os valores iluministas modernos da estabilidade, objetividade, universalidade, razão, e busca da verdade absoluta, são contraditórios com as noções feministas do eu, do conhecimento e da verdade, que tendem a buscar o descentramento e a interpretar a ambivalência, ambigüidade, e a multiplicidade, como o fez Lyotard ao demonstrar que a realidade é instável, complexa e desordenada.

Embora feministas e pós-modernistas tenham tentado (re)pensar a relação entre a filosofia e a crítica social, desenvolvendo paradigmas da crítica sem filosofia, as duas tendências têm partido de direções opostas, é o que afirma Nancy Fraser e Linda Nicholson (1990). Os pós-modernistas têm se concentrado primariamente no lado filosófico do problema, elaborando perspectivas antifundacionais e meta filosóficas para, então, dar forma à crítica social. Para as feministas, a filosofia esteve sempre subordinada à crítica social, sendo assim, desenvolvem primeiro perspectivas políticas críticas para depois considerar o status da filosofia. Como resultado, os pós-modernistas oferecem críticas bem elaboradas sobre o fundacionalismo e essencialismo, mas deixam a desejar em suas concepções da crítica social. Por outro lado, as feministas oferecem boas concepções da crítica social, mas tendem a se desviar para o fundacionalismo e essencialismo⁹.

Em muitos casos as críticas feministas continuam a apoiar-se nos tipos de pilares filosóficos que deveriam descartar. Orientadas pela demanda da prática política as feministas tenderam, conforme Fraser e Nicholson (1990), a inclinar-se em outra direção, o que tem levado algumas delas a adotar formas de teorizar que lembram os tipos de metanarrativa filosófica criticada pelos pós-modernistas. Mas as autoras frisam que essas teorias feministas

não são metanarrativas puras, devem ser consideradas quase metanarrativas. São teorias sociais que identificam causas e características do sexismo nas culturas de forma mais empírica do que filosófica. Elas assumem métodos e conceitos que não consideram a temporalidade ou historicidade. Enfim, compartilham algumas das características essencialistas e não-históricas das metanarrativas.

Ilustrando essas características que persistem ao longo da trajetória dos estudos feministas, Fraser e Nicholson (1990) mostram que na década de 1960, teóricas como Shulamith Firestone invocou diferenças biológicas entre homens e mulheres para explicar o sexismo, dizendo que o conflito de gêneros era a forma mais básica de conflito humano e a fonte de todas as outras formas. Na visão das autoras isso é problemático numa perspectiva pós-modernista, pois os apelos à biologia para explicar fenômenos sociais são essencialistas e monocausais¹⁰. Na década de 1970, Gayle Rubin descreveu a necessidade de formular uma teoria que levasse em conta a opressão das mulheres em sua 'interminável variedade e monótona semelhança'. Uma forma interessante foi sugerida por Michelle Zimbalist Rosaldo, ao argumentar que era comum a todas as sociedades a separação entre uma esfera doméstica e uma esfera pública. No entanto, estas explicações mostraram-se também problemáticas pelo seu viés essencialista e monocausal.

No final da década de 1970, as teóricas sociais feministas deixaram de falar das determinantes biológicas, da separação das esferas doméstico/público, e desistiram da premissa da monocausalidade. Nessa investida de mudança aparece Nancy Chodorow estudando a maternidade e tentando explicar a dinâmica interna e psicológica que levou muitas mulheres a reproduzir divisões sociais associadas à inferioridade feminina, pressupondo que todas as pessoas têm um senso do eu, que

é constituído no início da infância por intermédio da interação com o genitor primário e que difere significativamente para os homens e para as mulheres, mas que é ligeiramente semelhante entre as mulheres. O que Chodorow tenta mostrar é que todas as ações têm traços da identidade de gênero. Fraser e Nicholson afirmam que essa teoria também tem um caráter metanarrativo porque ela propõe a existência de uma única atividade como algo natural, a maternidade. Para uma perspectiva feminista torna-se complicado porque deságua no essencialismo. A idéia de um senso do eu, especificado diferentemente para mulheres e homens, torna-se problemático quando recebe qualquer conteúdo específico, pois nem todo e qualquer tipo de interação humana se dá dessa forma.

A exemplo de Chodorow, outras teóricas feministas recentes construíram uma quase metanarrativa em torno de uma atividade associada às mulheres e presente em todas as culturas. Ann Ferguson, Nancy Folbre, Nancy Hartsock e Catharine MacKinnon construíram respectivamente teorias semelhantes em torno das noções de sexo-afeição, produção e reprodução, e sexualidade. Cada uma identificou um tipo básico de prática humana encontrada em todas as sociedades. A dificuldade, na visão de Fraser e Nicholson, é que essas categorias agrupam fenômenos que não são necessariamente unidos em todas as sociedades e separa fenômenos que não estão necessariamente separados.

Na década de 1980, a maioria das acadêmicas feminista não procurava mais as causas do sexismo, voltaram-se para pesquisas mais empíricas e limitadas. Mesmo nesta fase, traços de quase-metanarrativas eram perceptíveis. Algumas teóricas que deixaram de procurar pelas causas do sexismo ainda se apoiavam em categorias essencialistas tais como a identidade de gênero. O trabalho de Carol Gilligan, por exemplo, propôs examinar o

discurso moral das mulheres em seus próprios termos, de forma a descobrir seus padrões imanentes de adequação. Mas ao descrever o desenvolvimento moral das mulheres em termos de uma voz diferente, não especificou quais mulheres e sob quais circunstâncias históricas específicas estavam elas falando. Fraser e Nicholson ressaltam que esse modelo também tem caráter essencialista, e de quase-metanarrativas. Observam, as autoras, que os vestígios do essencialismo vêm continuamente permeando a produção acadêmica feminista.

Mas ao tempo em que mostram a presença de elementos analíticos considerados modernos nas teorias feministas pós-modernas, Fraser e Nicholson (1990) acabam reforçando esse perfil dos estudos, ao discordar da rejeição de Lyotard às grandes narrativas históricas e às análises de macro-estruturas, propondo que se deva considerá-las nas pesquisas feministas pós-modernas. A teoria proposta pelas autoras seria histórica e ajustada à especificidade cultural de diferentes sociedades e períodos. As categorias analíticas seriam flexionadas pela temporalidade, com categorias institucionais historicamente específicas. Onde as categorias funcionalistas, não-históricas seriam genealogizadas, ou seja, enquadradas por uma narrativa histórica e mostradas de forma específica, temporal e cultural. Seria uma teoria comparativa e não-universalista e dispensaria a idéia de um tema da história para englobar diversas categorias, a exemplo de classe, raça, etnicidade, idade e sexo. Ela ajustaria seus métodos e categorias à tarefa específica do momento usando categorias múltiplas. A vantagem deste tipo de teoria, na visão das autoras, seria a sua utilidade para a prática política feminista contemporânea.

A hesitação das feministas diante da admissão de um pós-modernismo pleno é lembrada também em David Lyon (1998), que resgata a colocação de Susan

Hekman, de que boa parte das pesquisadoras feministas critica as epistemologias iluministas, mas pequena parte se assume pós-moderna, talvez devido à existência e influência da linhagem feminista mais tradicional, que partilha das idéias iluministas de emancipação. Mas rejeitar a fundamentação nem sempre significa abandonar a crítica social sistemática da subordinação feminina, ressalta Lyon. Mesmo aceitando o pluralismo e relativismo pós-moderno algumas teóricas feministas não abrem mão das certezas. Luce Irigaray, por exemplo, segue na direção pós-moderna do discurso relacionando a questão da mulher à linguagem, mas não segue os preceitos de desconstrução de Jacques Derrida, que provavelmente desconstruiria a dicotomia macho-femea, enquanto ela defende uma subjetividade feminina (Connor, 1994). Irigaray contesta a lógica das estruturas patriarcais por elas utilizarem as mulheres como objetos de todo tipo de troca. A mulher só existe enquanto mediação, transação, transição e transferência de um homem para outro homem. Ela é duplamente alienada, tanto de sua própria natureza física, como mercadoria, quanto do seu próprio valor. Na opinião de Connor, a teórica parece acreditar que a redução das mulheres a valor de troca é universal. O que torna difícil, segundo esse autor, pensar que a situação possa ser modificada diante da suposição de que as mulheres são inevitavelmente silenciadas e tomadas objetos em todos os aspectos, levando, assim, a uma concepção de homogeneidade e auto-identidade de exclusão das mulheres.

A ambivalência dos estudos feministas é discutida ainda por Sandra Harding (1990), quando diz que agendas pós-modernistas são encontradas nos projetos científicos modernos, e críticas feministas ao iluminismo não estão isentas dos projetos iluministas. Diz a autora, que

feministas pós-modernas aderem a algumas premissas iluministas quando, por exemplo, parecem concordar que toda a ciência e epistemologia possível devem estar contidas dentro de formas modernas, androcêntricas, ocidentais e burguesas, e ainda quando assumem uma simetria entre verdade e falsidade. Enfim, tanto os pensadores feministas modernos como os pós-modernos, ambos estão com um pé na modernidade e o outro na pós-modernidade, gerando uma tensão considerada salutar entre as referidas agendas, visto que refletem necessidades políticas e teóricas legítimas.

Harding mostra essa ambivalência através das posições epistemológicas do *empirismo feminista* e da *teoria do posicionamento feminista*. As empiristas feministas que discutem o sexismo e o androcentrismo na pesquisa científica, alegam a presença de tendências androcêntricas no processo de pesquisa, desde a identificação e definição do problema até a formulação de conceitos, hipóteses, coleta e interpretação dos dados. Os sujeitos cognoscentes para essas teóricas empiristas surgem da situação real de mulheres pesquisadoras: suas situações como mulheres as fazem mais prováveis do que homens para detectar e falar sobre os tópicos de preocupação feminista. Embora desprezem ou ataquem os projetos pós-modernos no feminismo, o sujeito cognoscente do empirismo feminista, segundo Harding, vive em tensão com as premissas do Iluminismo, pois ao tempo em que incorpora a idéia de produzir declarações menos tendenciosas e mais objetivas, também insiste no que é proibido ao empirismo: analisar e atribuir diferentes valores epistemológicos às identidades sociais dos pesquisadores. Outro problema em relação à epistemologia empirista é que ela não é aberta às diferenças de raça, classe ou cultura das mulheres como agentes do conhecimento, tendendo a expressar preocupações feministas de forma homogênea.

Mas as críticas à epistemologia empirista vieram através das *teóricas do posicionamento feminista*, representada por Dorothy Smith, Nancy Hartsock, Alison Jaggar, Collins e a própria Harding¹¹. A experiência, resultante das atividades delegadas às mulheres, é o ponto central dessa epistemologia. Smith, por exemplo, mostra que os diversos aspectos da divisão de tarefas por gênero têm conseqüências nas atividades sociais de homens e de mulheres. Em geral, as teóricas dessa vertente acreditam que a pesquisa do ponto de vista das mulheres (ou posicionamento feminista) pode superar a parcialidade e distorção das ciências androcêntricas dominantes. Elas tomam posições mais críticas e radicais do que o empirismo feminista, no que diz respeito à homogeneidade das mulheres e às tendências anti-iluministas. Colocam-se contrárias à idéia de que princípios não-históricos de pesquisa possam assegurar representações mais perfeitas do mundo. Mas tal qual as empiristas acreditam que movimentos de liberação levam ao crescimento do conhecimento, tornando possíveis novas formas de atividade humana. A realidade, para essa vertente teórica, é composta de várias estruturas que se sobrepõem e entram em conflito. Essas razões levam Harding a afirmar que essa teoria também vive em tensão com as premissas centrais do Iluminismo.

Em resposta à postulação feminista de que a unidade entre as mulheres é possível, Caroline New (1998) é categórica ao afirmar que esta se baseia numa epistemologia que entende as experiências das mulheres produzindo conhecimento de interesses comuns, a exemplo da própria teoria do *posicionamento feminista*, que defende que as mulheres são epistemologicamente privilegiadas por sua posição social. Mas o seu empirismo e a forma como lida com experiência e conhecimento foi alvo de críticas tanto dos teóricos realistas, que fazem distinção entre

ontologia e epistemologia, quanto dos pós-estruturalistas, para quem o conhecimento e os objetos do conhecimento são múltiplos, existe um para cada discurso ou para cada sujeito. Ambos, realistas e pós-estruturalistas, criticam a teoria do posicionamento por esta conceber o conhecimento surgindo espontaneamente da experiência, pela aceitação de privilégio epistemológico, e por ver as mulheres como categoria unificada¹². Pós-estruturalismo e realismo eliminam a idéia de experiência como conhecimento não mediado. Todavia, o realismo, ao contrário do pós-estruturalismo, não elimina a noção do sujeito, do agente, pois, segundo os realistas, se não houver o "eu" para vivenciar, a epistemologia não existe, e as experiências e conhecimentos tornam-se apenas efeitos de discurso.

Para os pós-estruturalistas a categoria "mulher" é apenas uma "essência nominal", e os corpos são materializados através do discurso. Judith Butler (New, 1998) diz que o feminismo ao distinguir sexo e gênero, acaba naturalizando o sexo e assegurando a sujeição e a diferença entre os indivíduos. Propõe, essa autora, que determinadas construções, como aquelas que estabelecem sexos opostos, sejam abandonadas pelo feminismo, que por sua vez deve fixar-se numa "des-identificação coletiva". Caroline New contra-argumenta essas declarações dizendo que "os corpos têm poderes causais em si mesmo" (p.363), e que o sexo é comandado pelo gênero, mas é também extra-discursivo, pois embora os seus poderes causais sejam articulados através de entendimentos discursivos, sua ontologia não é por esse motivo dissipada. Para ela, "as mulheres são sujeitos femininos, ou seja, seres sociais que vivem dentro e através dos significados locais atribuídos ao ser feminina" (p. 363).

A proposta teórica de New (1998) à Teoria do Posicionamento Feminista, pauta-se na *abordagem realista epistêmica*. Os Realistas acreditam que todas as

Estudos Feministas:
 entre perspectivas
 modernas e
 pós-modernas

Mary Alves Mendes

crenças são socialmente produzidas, de forma que todo conhecimento é transicional, nem os valores-de-verdade e nem os critérios de racionalidade existem fora do tempo histórico. Reconhecem a historicidade das teorias e as declarações de conhecimento. A evidência dos fatos é verificada mediante a coerência interna do relato, suas implicações, seus efeitos práticos e suas avaliações (Bhaskar, 1979). Os argumentos da Teoria do Posicionamento Feminista, a partir da ótica realista, incidem no nível do real, das estruturas que dão origem aos eventos da vida e das reações das mulheres a eles. As estruturas que proporcionarão a possibilidade de um posicionamento feminista são as estruturas sociais, os sistemas conceituais, as crenças, os processos psicológicos, e as capacidades e riscos da diferença sexual.

Rebatendo as teóricas do posicionamento, New acredita não haver privilégio epistemológico para as mulheres nem para qualquer outro grupo. O ponto de vista epistemológico de qualquer subjugado permite apenas a oportunidade de conhecimento a partir da sua própria posição de subordinação e o interesse de utilizar esse conhecimento no sentido de empreender ações coletivas para combater a sua opressão. O posicionamento feminista é "o resultado eventual de um programa político investigativo que objetiva construir unidade com base no conhecimento do mundo social" (p.370). Ele usa o conhecimento das mulheres para descobrir as causas das suas experiências comuns e as formas de mudanças desejadas.

Além da versão pós-estruturalista, que se constitui como a ala pós-moderna mais radical da diferença na teoria feminista, representada por teóricas como Hélène Cixious, Luce Irigaray e Julia Kristeva, afirmando a instabilidade da identidade, rejeitando as totalidades, defendendo o valor da alteridade, da diferença e da disseminação do valor, outra versão,

considerada mais moderada, aparece apoiada no *pós-modernismo pragmatista* de Richard Rorty, uma modalidade mais modesta de pluralismo moral que fica sob o limiar do universalismo e transcendência. Ele defende o ajuste local, pragmático, ao invés da adjudicação universal, apontando a necessidade de cada pessoa confiar nas suas narrativas herdadas mais do que suspeitar delas¹³. A representante feminista da versão pragmatista, Kate Fullbrook, faz crítica aos pós-estruturalistas dizendo que ao legitimar a alteridade absoluta da mulher elas encarceram as próprias mulheres, visto que as deixam fora da construção da cultura e da história (Connor, 1994).

Diferente dos realistas, que buscam a objetividade e tentam construir a verdade como correspondência à realidade porque necessitam de uma metafísica que diferencie crenças verdadeiras das falsas, e de uma epistemologia com justificações sociais, naturais e racionais que corresponda à realidade e a natureza intrínseca das coisas, os pragmatistas, não precisam nem de uma metafísica, nem de uma epistemologia, visto que visualizam a verdade não como correspondência da realidade, o que os faz não necessitar de uma avaliação da relação entre crenças e objetos e nem das capacidades cognitivas humanas. Para os pragmatistas, o desejo por objetividade é o desejo de alcançar a maior concordância intersubjetiva. Para eles, a verdade possui significados à proporção das justificações¹⁴.

Rorty (1994), em seu diálogo com o feminismo, declara que a crítica feminista feita à ideologia machista via desconstrução deve, ao invés de perguntar se a construção do objeto é válida, perguntar se ele está construído de maneira útil aos fins feministas. Saber se suas críticas às práticas sociais machistas são científicas ou filosoficamente bem fundadas, não interessa, como também não interessa saber se o machismo distorceu as coisas. Segundo esse teórico, as feministas que

tem pretensão de modificar o mundo social não podem ter demasiado respeito pelas descrições passadas das instituições sociais, pois não há nada de “natural” ou “científico” ou “objetivo” em nenhuma prática ou descrição, todos os objetos são construtos sociais, inclusive o próprio feminismo. O importante é o que se pode fazer para convencer as pessoas a agirem diferentemente do passado, isso tanto os desconstrutivistas como os pragmatistas através do seu entendimento sobre objetividade, verdade e linguagem vão ajudar. Todavia, Rorty alerta que o pragmatismo como um conjunto de visões filosóficas sobre verdade, conhecimento, objetividade e linguagem, é neutro em relação ao feminismo e machismo, ou seja, ele não fornecerá doutrinas feministas sobre esses temas. As feministas deverão pensar a filosofia pragmática e desconstrutivista como um suporte lateral e não como um aliado em suas análises.

Contraopondo-se à inserção do pós-modernismo no contexto feminista aparece também o *feminismo habermasiano*, representado por teóricas como Seyla Benhabib, Nancy Fraser e Drucilla Cornell. Diferente da corrente pós-moderna que preza pela diferença e desconstrução, essa vertente abarca o universalismo e a reconstrução. Para essas teóricas, a questão central do feminismo não é só modificar os valores que contribuem para a exploração das mulheres, mas operar nos discursos rumo a uma comunicação não coercitiva e ao consenso, visando por fim a emancipação universal das restrições discursivas de todos os tipos. Mas Nancy Fraser vê um complicador no pensamento de Habermas. Segundo ela, o modelo de determinação social do valor para ele é cego ao gênero, o que conseqüentemente acaba excluindo as mulheres. Ao apegar-se demasiadamente à oposição absoluta entre o “sistema” e o “mundo da vida”, ele não dá atenção a crítica feminista feita à oposição público/privado, que revela o poder e a razão estratégica que opera junto aos interesses dos homens.

A teórica habermasiana Benhabib (1990), ao atestar que o sujeito epistêmico do pensamento pós-moderno não é mais um eu isolado, é uma comunidade de eus, discorda desse politeísmo de valores e conceitos da filosofia contemporânea enquanto projeto para a agenda feminista. Ela elege a *teoria social crítica* como a que melhor define os critérios cognitivos e morais para a defesa de um conhecimento baseado na prática discursiva da busca da compreensão entre iguais. Nesse sentido, encaminha severa crítica a Lyotard, ao tempo que sai em defesa de Habermas. Embora ambos rejeitem a função denotativa da linguagem e reconheçam o conhecimento como prática argumentativa e discursiva, eles se diferenciam no ponto em que para Habermas o conhecimento discursivo é contínuo e legitimado pelas práticas diárias de comunicação, enquanto para Lyotard o “discurso” e o “conhecimento narrativo” são radicalmente descontínuos e não precisam ser legitimados.

Segundo a autora, a linguagem que Lyotard defende não distingue a ação “acordada” da ação “manipulativa”. Mas é o próprio Lyotard que acusa Habermas de reduzir todos os jogos de linguagem ao meta jogo da verdade. Não é bem o que pensa Benhabib, ao mostrar que a concepção de linguagem como *mídia cognitiva*, aquela que Habermas defende, é mais adequada do que a visão de linguagem como *mídia evocativa* que Lyotard defende, visto que este teórico não faz distinção entre poder e validade. Além de desaparecer em sua teoria a linha entre verdade e engano, consenso e coerção, dado que o conhecimento científico tem pouca relação com executabilidade, esse conhecimento é descontínuo e ignora questões epistemológicas importantes, como a distinção entre as ciências naturais e sociais, formação de conceito, formulação de regras gerais, procedimentos de verificação, e a interação entre a cognição pré-teórica e teórica nas ciências sociais e humanas.

Considerações Finais

Os estudos feministas, quer no enquadramento epistemológico iluminista, quer anti-iluminista, mostrou-se inovador quando reivindicou a categoria mulheres enquanto objeto de análise frente a uma ciência acadêmica androcêntrica, mas não se furtou também de ser essencialista e fundacionalista, buscando em parte das suas análises uma categoria universal feminina, tal qual as idéias iluministas de uma natureza humana universal.

Em determinados momentos utilizou por analogia a teoria marxista para explicar as discriminações e a desigualdade feminina através de categorias como o trabalho doméstico e a sua representação dentro do contexto capitalista. Críticas surgiram a essas analogias ortodoxas marxistas nos estudos feministas, e novas argumentações se fizeram presentes através das análises das teóricas habermasianas, que acreditavam poder explicar a instituição das esferas pública/doméstica e a posição da mulher nesse contexto pela intersubjetividade da ação comunicativa, livre de dominação e obtida de forma justa e democrática através do consenso no campo do discurso.

Contraopondo-se ao fundacionalismo e as metanarrativas, despontam as teorias pós-modernas inspiradas em Lyotard e Foucault, na desconstrução de Derrida e no pragmatismo de Rorty. Longe dos moldes tradicionais da filosofia, a análise torna-se agora plural, local, e livre de qualquer totalidade. Dentro desse quadro de formatação da crítica social pós-moderna as teóricas feministas abandonam elementos analíticos que dizem respeito às diferenças fisiológicas, desigualdades entre as esferas pública e doméstica, e passam a conceber a categoria mulher como uma

construção social e discursiva, des-construindo, principalmente, as análises que buscavam as origens e dicotomias.

Mesmo seguindo na direção analítica pós-moderna, boa parte das teóricas feministas não a incorporou plenamente. A evidência está na ambivalência presente em determinadas vertentes teóricas, que concomitantemente incluem categorias analíticas moderna e pós-modernas. Todavia, se torna paradoxal a ambivalência feminista da política da diferença, se for considerado, como bem lembra Connor (1994), que valores fundacionais se legitimam através da idéia de identidade ontológica, e que a identidade está muitas vezes associada a formas de degradação cultural das mulheres. Apoiar-se no campo da identidade para reclamar os seus próprios efeitos e acolher teorias críticas iluminista, que são elas em parte responsáveis pela discriminação e opressão feminina, é motivo de acirrados debates dentro e fora do feminismo.

Talvez se possa associar essa ambivalência dos estudos feministas a uma tentativa de síntese, uma terceira alternativa que não a moderna e pós-moderna e, portanto "uma valoração totalmente outra do valor, uma valoração que sugere não a inerência, mas a indeterminação inerente do valor" (Connor, 1994, p. 168). Paradoxos à parte, o feminismo segue na sua proposta de reavaliação própria dos valores da razão, da verdade e igualdade. Quem sabe Rorty (1998) não tenha certa razão, quando aconselha antes a confiança do que a suspeita em narrativas herdadas? Talvez se possa admitir como Alisdair Macintyre (Connor, 1994) a possibilidade de uma justaposição e uma acomodação mútua entre diferentes narrativas culturais e políticas.

¹ Johnson (1997) define o feminismo como um conjunto complexo de ideologias políticas usadas pelo movimento feminista para defender a igualdade das mulheres com os homens, pondo fim à teoria sexista; e como uma variedade de enfoques usados para analisar e interpretar a construção, imposição e manifestação das desigualdades entre os sexos, percorrendo desde aspectos institucionais até pormenores da prática cotidiana. Barrett (1996), de maneira similar a Johnson, o define como a defesa dos direitos iguais entre mulheres e homens e melhoria da posição da mulher na sociedade.

² Segundo Dias (1992:40), os estudos feministas têm em geral contribuído para a renovação de teorias e métodos nas Ciências Humanas, todavia, enquanto objeto do conhecimento, partilha com essa ciência as incertezas inerentes ao processo do conhecimento.

³ Na trilha deste teórico, embora com algumas diferenças pontuais, encontram-se também os pós-estruturalistas Jacques Derrida e Michel Foucault, e o neopragmatista Richard Rorty.

⁴ Segundo Bruschini (1992), esses estudos estavam mais relacionados à descrição da condição e do papel da mulher na história e na sociedade.

⁵ Não é bem o que pensa Fraser e Nicholson (1990), que declaram que em todas as fases do percurso dos estudos feministas é possível se detectar características essencialistas e universalistas.

⁶ Rosaldo (1994) faz crítica a Shulamith Firestone por esta buscar em suas análises as origens do antagonismo sexual. Suas críticas encaminham-se também à Linda Gordon pela tentativa desta de universalizar a questão do controle da natalidade.

⁷ Segundo Lemer (2000), pode se tomar como referência inaugural do pós-modernismo o ano de 1979 com a publicação dos textos, *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, e *A filosofia e o espelho da natureza*, de Richard Rorty. Mas os seus progenitores, conforme Lyon (1998), foram Friedrich Nietzsche, com seu anúncio do niilismo marcando a existência de uma realidade fluida e

oscilante; Heidegger, com a afirmação da existência prévia do Ser como causa da diferença, e negação da verdade como fundamento da realidade; Simmel, com a busca do significado simbólico e cultural da existência humana. Lyon (1998) chama também a atenção para a diferença entre os termos pós-modernismo e pós-modernidade, dizendo que quando se fala em pós-modernismo a ênfase se dá sobre o cultural e quando se fala em pós-modernidade a ênfase é em relação ao social, mas precisamente ao surgimento de um novo estágio do capitalismo, às novas tecnologias da informação e a comunicação no processo de globalização e consumo. Para Harvey (1996), o pós-modernismo é a lógica interna do capitalismo. De forma parecida segue Jameson (2000), associando-o à lógica cultural do sistema capitalista.

⁸ Estudiosos recentes da questão trazem explicações baseadas na visão de Lyotard sobre o significado do pós-modernismo. Connor (1996) o define como pressuposto da rejeição da unicidade, naturalidade e objetividade do mundo, e como pressuposto de que os sistemas humanos funcionam tal qual a linguagem, são sistemas auto-reflexivos ao invés de referenciais. Lyon (1998) o caracteriza como abandono do "fundacionalismo", colapso das hierarquias de conhecimento e substituição das análises de cunho universal por análises mais localizadas.

⁹ Mouffe (1996), lembra que ser pós-moderno não significa necessariamente ser anti-essencialista. A autora lembra Diana Fuss, uma feminista pós-moderna defensora do essencialismo. Tais posições, segundo Mouffe, tomam o corpo de teóricos pós-modernos um tanto incoerente.

¹⁰ Essencialistas porque projetam sobre todas as mulheres e homens qualidades que se desenvolvem sob condições sociais historicamente específicas. Monocausais porque olham para um conjunto de características fisiológicas tentando explicar a opressão das mulheres em todas as culturas (Fraser e Nicholson, 1990).

¹¹ Para Smith, o ponto de partida para a política feminista é as experiências das mulheres. Segundo ela, o mundo se bifurca em duas esferas, pública e doméstica, onde se criam conceitos que transformam

as experiências em “construtos administrativos abstratos” produzindo, assim, duas formas de saber e fazer: uma localizada no corpo e no espaço que ele ocupa e no qual se movimenta, e outra que vai além dele. Smith não defende o privilégio epistêmico para as mulheres, ao contrário, diz que a posição social das mulheres produz um conhecimento não-conhecido ou negado dentro da ciência social. Hartsock defende uma espécie de materialismo histórico feminista, tomando como ponto de partida a proposta de Marx e desenvolvendo um argumento equivalente, o de que a posição das mulheres enquanto grupo oprimido lhes dá uma visão mais apropriada do mundo social e as faz criar esquemas conceituais mais apropriados. A subordinação feminina e o privilégio epistemológico das mulheres podem ser compreendidos a partir da divisão sexual do trabalho. Acredita que a vida e perspectivas das mulheres são semelhantes, mas ao invés da experiência recorre a estruturas psíquicas. Diz ainda que o posicionamento feminista é adquirido por meio da luta política e trabalho científico e não da experiência. Jaggar também faz uma analogia com o marxismo estabelecendo o sofrimento como o equivalente propulsor da história. A dor, segundo ela, motiva uma crítica que fornece um conhecimento mais imparcial e mais compreensivo, que não é dado pela experiência cotidiana, mas também pelo trabalho teórico e político. Para maiores detalhes ver New (1998).

¹² Em resposta às críticas pelo conceito de experiência, que parecia funcionar às vezes como causa do conhecimento e às vezes sendo o próprio conhecimento, as teóricas do posicionamento polarizaram-se: Sandra Harding substituiu a noção de ‘vida das mulheres’ por informação sobre relações sociais. Argumentou em favor de uma ciência que reconhecesse a natureza socialmente localizada do conhecimento científico. Collins e Jaggar desenvolveram o ‘realismo de convergência’ no qual diferentes grupos têm acesso privilegiado a um aspecto das relações sociais. Faziam distinção entre epistemologia e ontologia. Stanley e Wise optaram por uma definição fenomenológica de experiência. Para elas a

experiência produz conhecimentos, mas não conhecimentos melhores, rejeitando, assim, a concepção de privilégio epistemológico. Não faziam distinção entre ontologia e epistemologia, tomando a experiência indistinguível do conhecimento. Em relação às críticas de privilégio epistemológico, Collins responde dizendo que os conhecimentos subjugados podem ser a chave para a mudança social, não porque sejam verdades completas, mas porque incluem informações e formas de pensar que os grupos dominantes tem interesse em suprimir. Numa posição habermasiana ela defende que os seres humanos têm interesses comuns que devem ser descobertos através do diálogo. Identifica comunidades como sujeitos cognoscentes. Ver New (1998).

¹³ Tanto pragmatistas como desconstrutivistas concordam que tudo é um construto social, não fazendo sentido a distinção entre o que é “natural” e o que é “cultural”, entre aparência e realidade. A questão, por exemplo, em Rorty, é saber quais construtos preservar e quais descartar, quais os mais úteis e os menos úteis.

¹⁴ A verdade não é uma questão de correspondência com a natureza intrínseca da realidade, e nem com a rejeição desconstrutivista da “metafísica da presença”. Rorty baliza a verdade através de critérios de justificação que são sempre relativos. A verdade é uma noção absoluta, mas sua aplicação é relativa. Não há para ele uma definição de verdadeiro que funcione para toda linguagem, por isso não se pode falar de uma natureza da verdade, só se pode falar sobre o que é relativo e o que é relativo está relacionado a critérios de justificação. Por isso é que, segundo esse filósofo, não se deve esperar da filosofia respostas definitivas, é preciso mudar a concepção tradicional que se tem da sua utilidade por meio de um processo lento de mudança cultural. Isso acontecerá a partir do momento que se abandonar a distinção entre aparência e realidade (Rorty, 1998; 1997; 1994).

Referências Bibliográficas

BARRETT, Michèle. Feminismo. In.: OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

BHASKAR, Roy. *The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. Brighton: The Harvester Press, 1979.

BENHABIB, Seyla. "Epistemologies of Postmodernism: a rejoinder to Jean François Lyotard, in Nicholson, L. (ed). *Feminism/Postmodernism*. New York/London: Routledge, 1990. p 107-130.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In.: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna*. Introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Teoria e Valor Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

DIAS, Maria Odila. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

FONSECA, Cláudia. Uma Genealogia do Gênero. In.: SCOTT, Russell Parry (org.) *Pesquisando Gênero e Família*. Revista de Antropologia. Série Família e Gênero vol.1, nº2. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Editora Universitária, 1996.

FRASER, Nancy; NICHOLSON, Linda. "Social Criticism Without Philosophy: na encounter between feminism and postmodernism", in Nicholson, L. (ed). *Feminism/Postmodernism*. New York/London: Routledge, 1990. In: NICHOLSON, L. p 19-38

HARDING, Sandra. "Feminism, Science and the

Anti-Enlightenment Critiques". In: NICHOLSON, L. (ed). *Feminism/Postmodernism*. New York/London: Routledge, 1990. p 83-106.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

LEMERT, Charles. *Pós-modernismo não é o que você pensa*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LENGERMANN, Patricia Madoo, NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. Teoria Feminista Contemporânea. In: RITZER, George. *Teoria Sociológica Contemporânea*. 3. edição: Mc Graw-Hill, Interamerica, Espâna, S.A. 1993.

LYON, David. *Pós-Modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 2000.

MOUFFE Chantal. (1996). Feminismo, cidadania e política democrática radical. In.: *O regresso do político*. Lisboa: Editora Gradiva, 1996, p 101-120

NEW, Caroline. "Realism, deconstruction and the feminist standpoint" *Journal for the Theory of social behaviour*, v. 28, n. 4, p. 349-372, 1998. Oxford/Boston: Blackwell.

RAGO, Margareth. E se Nietzsche tivesse razão? A categoria do gênero no pós-estruturalismo. In.: SCAVONE, Lucila. *Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

RORTY, Richard. Pragmatismo, Filosofia Analítica e Ciência. In.: PINTO, Paulo Roberto Magretti (org). *Filosofia Analítica Pragmatismo e Ciência*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática. In.: ZIZEK, Slavoj (org) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. Recife, SOS/CORPO, 1989.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Revista Horizontes Antropológicos*, 1994. 1(1): 11-36.

WALBY, Sylvia. Gênero. In.: OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

Estudos Feministas:
entre perspectivas
modernas e
pós-modernas

Mary Alves Mendes

